

Geração Futuro
Corretora de
Valores S.A.

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Geração Futuro Corretora de Valores S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geração Futuro Corretora de Valores S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corretora em 30 de junho de 2017, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção à seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, não identificamos a existência de incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Ativo circulante		42.274	67.151	Circulante		44.911	59.875
Disponibilidades	4	103	266	Outras obrigações	11	44.911	59.875
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	14.820	11.942	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		5	
Aplicações em depósitos interfinanceiros		14.820	11.942	Fiscais e previdenciárias	11.a	1.437	1.108
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	14.466	13.243	Negociação e intermediação de valores	11.b	36.118	52.163
Carteira própria		14.279	13.243	Parcelamento de dívida - IRPJ e CSLL	11.c	1.024	968
Vinculados à prestação de garantias		187	-	Provisão para passivos contingentes	11.d	1.037	1.248
				Diversos	11.e	5.290	4.388
Outros créditos	7	12.435	41.245				
Rendas a receber	7.a	3.209	2.866	Exigível a longo prazo		312	1.290
Negociação e intermediação de valores	7.b	7.241	36.122	Outras obrigações		312	1.290
Diversos	7.c	2.003	2.272	Parcelamento de dívida - IRPJ e CSLL	11.c	312	1.290
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(18)	(15)				
Outros valores e bens		450	455				
Não circulante		9.263	4.762	Patrimônio líquido	12	6.314	10.748
Permanente		9.263	4.762	Capital social		25.000	25.000
Investimento	8	5.336	749	Prejuízos acumulados		(18.686)	(14.252)
Imobilizado	9	1.287	1.567				
Intangível	10	2.640	2.446				
Total do ativo		51.537	71.913	Total do passivo e patrimônio líquido		51.537	71.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto o lucro/(prejuízo) por ação)

	Nota	2017	2016
Receitas de intermediação financeira		<u>3.210</u>	<u>3.944</u>
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	980	1.805
Resultado de títulos e valores mobiliários e derivativos	6	2.230	2.139
Despesas da intermediação financeira		<u>(1)</u>	<u>(4)</u>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1)	(4)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>3.209</u>	<u>3.941</u>
Outras receitas e despesas operacionais		<u>(8.065)</u>	<u>(6.650)</u>
Receitas de prestação de serviços	13	27.266	23.795
Despesas de pessoal	14	(13.697)	(12.319)
Outras despesas administrativas	15	(17.813)	(15.485)
Despesas tributárias	16	(2.436)	(2.162)
Outras receitas operacionais		720	400
Resultado de participações em controladas e coligadas		(1.791)	(256)
Outras despesas operacionais		(314)	(623)
Resultado operacional		<u>(4.856)</u>	<u>(2.709)</u>
Resultado não operacional		-	(1)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>(4.856)</u>	<u>(2.710)</u>
Imposto de renda e contribuição social	19	-	-
Provisão para imposto de renda		-	-
Provisão para contribuição social		-	-
Participações nos resultados		<u>(1.903)</u>	<u>(721)</u>
Prejuízo do semestre		<u>(6.759)</u>	<u>(3.431)</u>
Quantidade de ações no final do semestre		25.133.542	25.133.542
Prejuízo por ação - R\$		<u>(0,27)</u>	<u>(0,13)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Redução de capital em aprovação	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro 2016	40.039	(15.039)	-	(10.821)	14.179
Redução de capital	(15.039)	15.039	-	-	-
Prejuízo do semestre	-	-	-	(3.431)	(3.431)
Saldos em 30 de junho de 2016	25.000	-	-	(14.252)	10.748
Saldos em 1 de janeiro 2017	25.000	-	-	(11.927)	13.073
Prejuízo do semestre	-	-	-	(6.759)	(6.759)
Saldos em 30 de junho de 2017	25.000	-	-	(18.686)	6.314
Mutações do semestre	-	-	-	(6.759)	(6.759)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do semestre	<u>(6.759)</u>	<u>(3.431)</u>
Ajustes para reconciliar o prejuízo do semestre ao caixa líquido:		
Depreciação e amortização	748	671
Resultado com equivalência patrimonial	1.791	-
Provisão para passivos contingentes	(110)	398
Prejuízo do semestre ajustado	<u>(4.330)</u>	<u>(2.362)</u>
Varição em ativos e passivos:		
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	2.408	3.652
(Aumento) / Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(487)	1.356
Redução / (Aumento) em outros créditos	5.781	61.230
Redução / (Aumento) em outros valores e bens	(168)	(175)
(Redução) / Aumento em outras obrigações	1.865	(62.671)
Impostos pagos	(320)	-
Caixa (consumido) originado nas atividades operacionais	<u>4.749</u>	<u>1.030</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(211)	(417)
Aquisição de investimento	-	(749)
Aquisição de intangível	(699)	(14)
Baixa do imobilizado	-	11
Baixa de intangível	<u>6</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(904)</u>	<u>(1.169)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.845</u>	<u>(139)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	5.918	405
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	<u>9.763</u>	<u>266</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.845</u>	<u>(139)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Geração Futuro Corretora de Valores S.A. (“Corretora”) tem por objeto principal, negociar títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, e operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Geração Futuro.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Corretora baseie-se em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e provisão para contingências.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios. A administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade de continuidade das atividades da Corretora nos próximos 12 (doze) meses.

A Administração autorizou a emissão e divulgação das demonstrações financeiras em 25 de agosto de 2017.

3 Principais práticas contábeis

a. Moeda Funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Corretora.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da Corretora são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras de liquidez.

Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

c. Segregação de curto e longo prazo

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço. Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 (doze) meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da Corretora são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras de liquidez.

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, e retificadas por provisão ao valor de mercado quando aplicável.

e. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Nos termos da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreendem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelos seus valores de mercado ou desvalorização computado ao resultado.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais devem ser lançados no resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas demais categorias, e que são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta de patrimônio líquido denominada “ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos”, líquidos dos efeitos tributários.

A Corretora tem como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários e mantê-los para negociação, proporcionando, desse modo, rentabilidade de suas disponibilidades e participação transitória no mercado de derivativos sem, contudo, assumir posições que comprometam a sua solidez patrimonial, liquidez ou que venham a representar risco de crédito.

As cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente com base no valor da cota divulgado pelos Administradores dos fundos onde os recursos são aplicados. A valorização e desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas nas demonstrações do resultado.

Os títulos privados classificados como certificados de depósitos bancários, letras de créditos imobiliários, debêntures, certificados de recebíveis de agronegócio e letras de agronegócio são indexados à taxa CDI e pré-fixados, sendo o resultado registrado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

f. Negociação e intermediação de valores

Demonstrado pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas junto às bolsas de valores, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

g. Investimento em controlada

As participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora.

h. Imobilizado de uso/intangível

Ativo Imobilizado: corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Corretora os benefícios, riscos e controle desses bens.

O ativo imobilizado de uso (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais que contemplam a vida-útil econômica dos bens, às taxas de 10% a.a. para móveis, e 20% a.a. para os demais. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a. O ágio é apurado com base na diferença entre o valor pago na data de aquisição e o valor contábil líquido. O ágio, cujo fundamento é baseado na previsão de resultados futuros da empresa adquirida, é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões.

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/2008, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), a Corretora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do exercício as eventuais perdas apuradas.

Com base em sua última análise de seus ativos em 31 de dezembro de 2016, a Corretora conclui que não há evidências que indiquem a necessidade de constituição de provisão para perdas consideradas permanentes e que possam afetar esse semestre.

i. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, obedecendo aos seguintes critérios:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

j. Demais ativos e passivos

São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço.

k. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real anual, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre). A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação em vigor à alíquota de 15% no período compreendido entre 1º de janeiro a 30 de agosto de 2015; 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, retornando a 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme Lei 13.169 em 06 de outubro de 2015.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

l. Lucro/prejuízo por ação

Lucro/prejuízo por ação - Calculado com base na quantidade de ações em circulação na data dos balanços.

m. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

n. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem às demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que originam ajustes).
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2017 e 2016, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	2017	2016
Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	103	266
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	<u>9.660</u>	<u>11.942</u>
Total	<u><u>9.763</u></u>	<u><u>12.208</u></u>

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão sendo apresentadas por tipo de papel e vencimento como segue:

	2017	2016
Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI	<u>14.820</u>	<u>11.942</u>
	<u><u>14.820</u></u>	<u><u>11.942</u></u>

As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações financeiras com o Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo, a uma taxa média de 100% do CDI, com vencimentos variados, sendo o mais distante em 9 de março de 2018.

No semestre findo em 30 de junho de 2017, o resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez geraram ganhos de R\$ 980 (R\$ 1.805 em 2016).

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2017 e 2016, a carteira de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação estavam assim composta:

	<u>Valor de Mercado</u>			Valor de mercado 30/06/2016	
	Custo	Até 360 dias	Acima de 360 dias		Total
Carteira própria (livres)	<u>14.279</u>	<u>1.708</u>	<u>12.571</u>	<u>14.279</u>	<u>12.775</u>
Títulos de Renda Fixa (livres)	<u>14.034</u>	<u>1.668</u>	<u>12.366</u>	<u>14.034</u>	<u>12.775</u>
Títulos públicos federais - Letras Financeiras do Tesouro	13.974	1.668	12.306	13.974	12.423
Títulos públicos federais - Notas do Tesouro Nacional - B	60	-	60	60	352
	<u>245</u>	<u>40</u>	<u>205</u>	<u>245</u>	<u>468</u>
Títulos privados	<u>245</u>	<u>40</u>	<u>205</u>	<u>245</u>	<u>468</u>
Certificado de depósito bancário - CDB	69	3	66	69	239
Letras de crédito imobiliários - LCI	31	18	13	31	-
Debêntures	10	-	10	10	174
Certificado de recebíveis do agronegócio - CRA	116	-	116	116	17
Certificado de operações estruturadas	-	-	-	-	10
Letras de crédito do agronegócio - LCA	19	19	-	19	28
	<u>187</u>	<u>-</u>	<u>187</u>	<u>187</u>	<u>-</u>
Vinculados à prestação de garantias	<u>187</u>	<u>-</u>	<u>187</u>	<u>187</u>	<u>-</u>
Títulos públicos federais - Letras Financeiras do Tesouro	187	-	187	187	-
	<u>14.466</u>	<u>1.708</u>	<u>12.758</u>	<u>14.466</u>	<u>13.243</u>
Total	<u>14.466</u>	<u>1.708</u>	<u>12.758</u>	<u>14.466</u>	<u>13.243</u>

No semestre findo em 30 de junho de 2017, o resultado de operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 2.230 (R\$ 2.139 em 2016).

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA.

As aplicações em cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente, com base no valor da cota divulgado pelos Administradores dos fundos onde os recursos são aplicados.

Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As principais fontes de precificação são: ANBIMA, BM&F, CETIP e SELIC.

Em 30 de junho de 2017 e 2016 a Corretora não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

7 Outros créditos

a. Rendas a receber

Em 30 de junho de 2017, a Corretora possuía registrado como “rendas a receber” o montante de R\$ 3.209 (R\$ 2.866 em 2016) provenientes de taxa de administração dos fundos de investimentos. Nesta mesma data, a Corretora administrava R\$ 12.056.808 (R\$ 6.302.542 em 2016) de recursos de terceiros.

As receitas auferidas no semestre com a administração desses recursos totalizaram R\$ 16.446 (R\$ 12.582 em 2016).

b. Negociação e intermediação de valores

Representado pelos saldos das operações por conta de clientes, pendentes de liquidação, dentro do prazo regulamentar, no montante de R\$ 7.241 (R\$ 36.122 em 2016).

c. Diversos

	2017	2016
Imposto de renda a compensar	34	292
Reembolso de fundos	749	848
Devedores por depósito em garantia	477	261
Despesas antecipadas	450	328
Valores a receber sociedades ligadas	162	94
Outros créditos diversos	131	449
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>2.003</u>	<u>2.272</u>

8 Investimentos

Em 05 de janeiro de 2016, foi constituída a Geração Futuro Seguros e Participações Ltda, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo como atividade principal a participação em outras empresas, nacionais ou estrangeiras, como sócia cotista ou acionista. Nesta mesma data, a Companhia recebeu integralização de capital no montante de R\$ 1, em 26 de fevereiro de 2016 realizou um aumento de capital no montante de R\$ 1.004, totalmente integralizado em 31 de março de 2016.

Através dessa controlada, a Corretora participa indiretamente do controle compartilhado da Genial Corretora de Seguros S/A numa associação com o Grupo OESP. A operação de aquisição da Genial se deu em 26 de agosto de 2015, ainda sob a razão social de EscolherSeguro Corretora de Seguros S.A, quando foi celebrado o contrato de compra e venda de 90% de suas ações, tendo como principais precedentes para a conclusão da operação a aprovação do Banco Central do Brasil, ocorrida em 08 de dezembro de 2015, e sua consumação em 20 de janeiro de 2016, pelo valor de R\$435 em duas parcelas iguais, atualizadas pelo CDI a partir da data de assinatura até seu efetivo pagamento.

Em 30 de maio de 2016, a EscolherSeguro teve sua razão social alterada para Genial Corretora de Seguros S.A.

Em 31 de agosto de 2016, através de Assembleia geral Extraordinária foi deliberada e aprovada a compra da posição acionária do sócio pessoa física remanescente representada por 10% das ações, pelo valor de R\$1,00.

Em 14 de setembro de 2016, através de acordo de investimento na Genial Corretora de Seguros S.A, foi concretizada a associação entre a Geração Futuro Seguros e Participações Ltda e o S/A O Estado de São Paulo - “Estadão”. Para essa transação foram emitidas 6.888.976 de ações da investida, sendo 6.888.975 ações, correspondentes a 50% de participação da Companhia, subscritas pelo Estadão e 1 ação subscrita pela Geração Futuro Seguros e Participações Ltda. O acordo representou um aumento de capital de R\$15.685, sendo R\$10.000 integralizado pelo Estadão, através de créditos a serem utilizados em espaços publicitários nos veículos de mídia do Grupo OESP pelo período de 36 meses e R\$5.685 pela Geração Futuro Seguros e Participações Ltda serão integralizados em espécie, observada a necessidade de investimento. Até o encerramento do exercício de 2016 foram integralizados R\$1.350 em espécie e utilizados R\$243 em publicação.

Em 31 de maio de 2016 a Geração Futuro Seguros e Participações Ltda. recebeu um adiantamento para futuro aumento de capital de 150.000 pela sócia Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Em 29 de agosto de 2016 a Geração Futuro Seguros e Participações Ltda. recebeu um adiantamento para futuro aumento de capital de 205.000 pela sócia Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Em 26 de setembro de 2016 a Geração Futuro Seguros e Participações Ltda. recebeu um adiantamento para futuro aumento de capital de 200.000 pela sócia Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Em 10 de janeiro de 2017 a Geração Futuro Seguros e Participações Ltda. recebeu um adiantamento para futuro aumento de capital de 500.000 pela sócia Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Em 26 de abril de 2017 a Geração Futuro Seguros e Participações Ltda. recebeu um adiantamento para futuro aumento de capital de 800.000 pela sócia Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

	Saldo em 01/01/2017	Adiantamento para futuro aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2017
Geração Futuro Seguros e Part Ltda. (*)	<u>5.272</u>	<u>1.855</u>	<u>(1.791)</u>	<u>5.336</u>
Total	<u><u>5.272</u></u>	<u><u>1.855</u></u>	<u><u>(1.791)</u></u>	<u><u>5.336</u></u>

	<u>Investimento</u>	<u>Novos aportes</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Saldo em 30/06/2016</u>
Geração Futuro Seguros e Part Ltda. (*)	1	1.004	(256)	749
Total	1	1.004	(256)	749

- (*) A GF Seguros e Participações é investida direta da Geração Futuro, porém, não é considerada para fins de consolidação conforme regras estabelecidas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

9 Imobilizado

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2017 e 2016, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu imobilizado:

Descrição	Taxa	<u>2017</u>				Saldo em 30/06/2017	Saldo em 30/06/2016
		Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Depreciação		
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.318	69	(1)	-	2.386	3.138
(-) Depreciação acumulada		(1.838)	-	-	(119)	(1.957)	(2.386)
Equipamento de processamento de dados e sistema de comunicação	20%	3.992	141	-	-	4.133	3.128
(-) Depreciação acumulada		(3.130)	-	-	(145)	(3.275)	(2.313)
Total		1.342	210	(1)	(264)	1.287	1.567

10 Intangível

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2017 e 2016, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu intangível:

Descrição	Taxa	<u>Movimentação</u>				Saldo 30/06/2017
		Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Amortização	
Software	20%	2.747	33	-	-	2.780
(-) Amortização acumulada		(1.938)	-	-	(154)	(2.092)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)		2.695	660	-	-	3.355
(-) Amortização acumulada		(1.078)	-	-	(325)	1.403
Total		2.429	693	-	(479)	2.640

Descrição	Taxa	Saldo inicial	Movimentação			Saldo 30/06/2016
			Aquisições	Baixas	Amortização	
Software	20%	2.747	-	-	-	2.747
(-) Amortização acumulada		-	-	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	20%	2.299	14	-	-	2.313
(-) Amortização acumulada		(2.215)	-	-	(399)	(2.614)
Total		2.831	14	-	(399)	2.446

(i) As benfeitorias são amortizadas de acordos com a vigência dos contratos de aluguel.

11 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Impostos e contribuições sobre salários	671	600
Outros	766	508
Total	1.437	1.108
Curto prazo	1.437	1.108
Exigível a longo prazo	-	-

b. Negociação e intermediação de valores

	2017	2016
Credores conta de liquidação pendente	32.920	19.306
Caixas de registro e liquidação	3.198	32.857
Total	36.118	52.163
Curto prazo	36.118	52.163
Exigível a longo prazo	-	-

c. Parcelamento da dívida de IRPJ e CSLL (*)

	2017	2016
Parcelamento da dívida de IRPJ e CSLL	<u>1.336</u>	<u>2.258</u>
	<u>1.336</u>	<u>2.258</u>
Curto prazo	1.024	968
Exigível a longo prazo	312	1.290

(*) A Superintendência Regional da Receita Federal 10ª Região Fiscal - Porto Alegre/RS, com base no “Termo de Constatação e Intimação Fiscal”, glosou despesas contabilizadas pela Corretora no ano-calendário de 2009, lavrando Auto de Infração recebido em 21/10/2013, referente à cobrança de IRPJ e CSLL, nos valores de R\$ 2.607 e R\$ 1.564. Em novembro de 2013 a Corretora optou pelo parcelamento em 60 (sessenta) vezes, com benefício de redução das multas em 40% (quarenta por cento), referente à adesão ao programa instituído pela Lei nº 11.941/2009, reaberto com as alterações veiculadas pela Lei 12.865/2013 (“Refis”). Transferido de grupo contábil para melhor classificação.

(**) De acordo com as Normas do Cosif, a redução de capital deve ser registrada em conta própria do patrimônio em contrapartida de credores diversos, até que o Banco Central do Brasil aprove o Ato Societário que deliberou por tal decisão, conforme nota 12.

d. Provisão para passivos contingentes

Em 30 de junho de 2017 o saldo de provisões para passivos contingentes é de R\$ 1.037 (R\$ 1.248 em 30 de junho de 2016).

e. Diversos

	2017	2016
Provisão para despesas de pessoal	2.339	2.101
Provisão de pagamentos de fornecedores	1.682	756
Valores a pagar sociedades ligadas	108	85
Credores diversos	<u>1.161</u>	<u>1.445</u>
Total	<u>5.290</u>	<u>4.388</u>
Curto prazo	5.290	4.388
Exigível a longo prazo	-	-

12 Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2016 e 2017 o capital social é de R\$25.000, e está representado por 25.133.542 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, representado conforme o quadro de acionistas:

Acionistas	Nº de ações	Participação
Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo	<u>25.133.542</u>	<u>100%</u>
Total	<u>25.133.542</u>	<u>100%</u>

Em 22 de dezembro de 2015, através de Assembleia Geral Extraordinária foi deliberada a redução do capital da Corretora, por ser considerado excessivo ao seu objeto social no montante de R\$15.039, com cancelamento de 15.120.096 ações. O Banco Central do Brasil homologou a redução de capital conforme Ofício 4791/2016-BCB/Deorf/GTRJA de 23 de março de 2016.

Aos acionistas está previsto o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação vigente. Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 não houve pagamentos de dividendos intermediários.

Reserva de lucros

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

Reserva de capital

A reserva de capital será utilizada para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, qual houver incorporação ao capital social, pagamento de dividendos a ações preferenciais e para resgate, reembolso ou compra de ações.

13 Receitas de prestação de serviços

	2017	2016
Administração de recursos (Nota 18)	16.446	12.582
Rendas de corretagem	9.882	9.370
Rendas de colocação de títulos (Nota 18)	648	654
Assessoria Técnica (Nota 18)	53	-
Outras	237	1.189
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>27.266</u>	<u>23.795</u>

14 Outras despesas administrativas

	2017	2016
Serviços técnicos especializados	(8.008)	(6.566)
Processamento de dados	(2.531)	(2.589)
Aluguel	(1.350)	(1.301)
Serviços do sistema financeiro	(1.224)	(713)
Propaganda e publicidade	(1.146)	(232)
Comunicações	(955)	(976)
Depreciação e amortização	(748)	(671)
Condomínio	(308)	(229)
Despesas de manutenção	(246)	(281)
Despesas de água, energia e gás	(235)	(212)
Viagens	(208)	(266)
Serviços de terceiros	(130)	(129)
Outros	(724)	(1.320)
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>(17.813)</u>	<u>(15.485)</u>

15 Despesas de pessoal

	2017	2016
Proventos	(7.308)	(7.112)
Encargos sociais	(2.717)	(2.515)
Honorários da diretoria	(1.008)	(559)
Outros	<u>(2.664)</u>	<u>(2.133)</u>
Total	<u>(13.697)</u>	<u>(12.319)</u>

16 Despesas tributárias

	2017	2016
PIS e COFINS	(1.420)	(1.293)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	(879)	(733)
Outros	<u>(137)</u>	<u>(136)</u>
Total	<u>(2.436)</u>	<u>(2.162)</u>

17 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2017 e 2016, não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização.

b. Passivos contingentes

Em 30 de junho de 2017, a Corretora possui provisionado R\$ 1.037 decorrentes de ações trabalhistas e cíveis (R\$ 1.248 em 2016), classificadas como de perda provável pelos seus assessores jurídicos.

Composição e movimentação das contingências

	Trabalhistas		Cíveis	
	Garantia	Provisão	Garantia	Provisão
Em 31 de Dezembro/2016	507	585	-	562
<i>Constituições</i>	38	-	-	-
<i>Reversões</i>	(7)	-	-	-
<i>Atualizações</i>	-	-	-	-
<i>Realizações / Pagamentos</i>	<u>(61)</u>	<u>(110)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Em 30 de Junho/2017	<u>477</u>	<u>475</u>	<u>-</u>	<u>562</u>

A Corretora possui provisão de R\$ 562 (R\$ 562 em 2016) decorrentes de supostas infrações incorridas pela mesma envolvendo a obrigação de apresentação de informes, através do sistema Web. Diante do exposto, a Corretora pleiteou a anulação das decisões através de Ação Anulatória, procedendo com pagamento em juízo no montante de R\$ 439.

Abaixo segue demonstrado os tipos de processos como probabilidade “possível” em que a Corretora figura no polo passivo.

	Trabalhistas
Em 31 de Dezembro/2016	-
Em 30 de Junho/2017	1.710

c. Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Corretora.

Em conformidade com a legislação brasileira, os registros de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades em um período de 5 a 30 anos, conforme a natureza tributária.

18 Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2017 e 2016, a Corretora possui as seguintes transações com partes relacionadas:

	2017	2016	Partes relacionadas	Grau de relacionamento
Ativo circulante	20.046	14.927		
A receber - prestação de serviços	3.209	2.866	Fundos Administrados pela Corretora	Ligada
Rateio de despesas administrativas	126	59	GF Gestão de Recursos Ltda	Ligada
Reembolso de despesas administrativas	14	60	Brasil Plural S.A - Banco Múltiplo	Controladora
Reembolso de despesas administrativas	22		Geração Futuro Seguros e Participações Ltda	Controladora
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.855	150	Geração Futuro Seguros e Participações Ltda	Controladora
Aplicação em CDI	14.820	11.942	Brasil Plural S.A - Banco Múltiplo	Controladora
Passivo circulante	<u>2.957</u>	<u>31.585</u>		
Operação de bolsa - correspondente	2.849	31.500	Brasil Plural CCTVM	Ligada
Repasso de corretagem	108	85	Brasil Plural CCTVM	Ligada
Resultado	<u>18.127</u>	<u>14.381</u>		
Receitas com CDI	980	1.799	Brasil Plural S.A - Banco Múltiplo	Controladora
Receita com prestação de serviços	17.147	12.732	Fundos Administrados pela Corretora	Ligada

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o semestre findo em 30 de junho de 2017 foi de R\$ 1.008 (R\$ 559 em 2016), a qual é considerada benefício de curto prazo. De acordo com a Administração, não existem outros benefícios de curto prazo.

19 Imposto de renda e contribuição social

Demonstração da conciliação entre o imposto de renda e contribuição social à taxa efetiva e nominal

	2017	2016
Resultado antes do IRPJ e CSLL	<u>(4.856)</u>	<u>(2.710)</u>
Participações dos empregados no resultado	(1.903)	(721)
Lucro antes dos Impostos e participações	<u>(6.759)</u>	<u>(3.431)</u>
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquota vigente		
Corrente - Alíquota Vigente	(3.042)	(1.544)
Ajustes Permanentes	<u>1.942</u>	<u>356</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial de Controladas e Coligadas	1.791	256
Outras	151	99
Ajustes Temporários	<u>48</u>	<u>(626)</u>
Ajustes temporários sobre produtos	48	4
Outras	-	398
PLR - Caixa	-	(1.028)
Lucro/Prejuízo Antes das Compensações	<u>(4.769)</u>	<u>(3.701)</u>
Compensação	-	-
Lucro/Prejuízo do Exercício	<u>(4.769)</u>	<u>(3.701)</u>
Incentivos Fiscais	<u>-</u>	<u>3</u>
Empresa Cidadã	-	3
Despesa efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>-</u>	<u>-</u>
Corrente	-	-
Diferido	-	-

Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

A Corretora não realizou o registro contábil de ativo ou passivo tributário em conformidade com Resolução 3.059/12 do Bacen que define as regras para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias.

	Prejuízo Fiscal	Base Negativa	Ajustes Temporários	MTM	Total
Ativos fiscais não constituídos	4.871	3.897	545	-	9.313
Geração Futuro CCTVM	4.871	3.897	545	-	9.313

20 Gerenciamento de riscos

A gestão de risco está sujeita aos mesmos padrões do acionista controlador, Banco Plural S.A. - Banco Múltiplo. Serve como um instrumento para maximizar o valor para os acionistas e para as partes interessadas. Desta forma, buscamos estabelecer estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio entre as metas de crescimento e de retorno dos investimentos e os riscos a elas associados. A descrição detalhada de cada estrutura que compõe o gerenciamento de riscos está disponível no site da instituição (<http://www.brasilplural.com/Site/pt-BR/Company/GovernanceRiskCompliance>). As estratégias de gerenciamento de riscos e os respectivos efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a. Risco de mercado

A estrutura para gerenciamento do Risco de Mercado foi elaborada de forma a dimensionar da melhor maneira possível a exposição a risco de mercado da instituição, captando todas as operações e eventos de risco, independentemente da natureza das operações e a complexidade dos produtos.

O risco de mercado é monitorado através do cálculo diário do Value at Risk (VaR), uma ferramenta estatística que mensura a perda potencial da instituição com determinado nível de confiança para um certo horizonte de tempo. Também é utilizado, para análise e monitoramento, testes de estresse das carteiras com o objetivo de mensurar o risco em cenários adversos.

O acionista Controlador também monitora os riscos de mercado de suas carteiras por meio das parcelas que compõem o RWA (*Risk Weighted Assets*) conforme determina a Resolução nº 4.192/2007 do Banco Central do Brasil.

I. *Análise de Sensibilidade (Instrução CVM nº 475/2008)*

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Brasil Plural gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isto, a Instituição considera os limites de riscos estabelecidos pela Administração e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Brasil Plural em conformidade com a Resolução CMN nº 3.464/2007 e com a circular nº 3.354/2007 do Bacen, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos da seguinte forma:

- (i) Carteira de negociação (Trading Book): constituída por posições próprias realizadas com a intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.
- (ii) Carteira de não negociação (Banking Book): contém as operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até seu vencimento.

Para determinar a sensibilidade do capital aos impactos de movimentos de mercado, foram realizadas simulações com 3 cenários:

Cenário Provável A1		Cenário Provável A2	
IPCA	200	IPCA	-200
Cambio	5%	Cambio	-5%
Ações	-5%	Ações	5%
Cenário Eventual B1		Cenário Eventual B2	
IPCA	250	IPCA	-250
Cambio	6,25%	Cambio	-6,25%
Ações	-6,25%	Ações	6,25%
Cenário Eventual C1		Cenário Eventual C2	
IPCA	300	IPCA	-300
Cambio	7,50%	Cambio	-7,50%
Ações	-7,50%	Ações	7,50%

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (Trading), composta por títulos públicos, privados e instrumentos financeiros derivativos.

Fator de Risco	Cenário A		Cenário B		Cenário C	
	Variação	Resultado	Variação	Resultado	Variação	Resultado
Ações	Aumento	-161	Aumento	-201	Aumento	-241
Câmbio	Aumento	-961	Aumento	-1201	Aumento	-1442
IPCA	Aumento	-98	Aumento	-121	Aumento	-145

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Banco. A carteira é composta por operações de créditos, captações, títulos e valores mobiliários e operações atreladas a hedge natural, mitigando a exposição o impacto em cenário de estresse.

b. Risco operacional

Risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira. A estrutura de gerenciamento do risco operacional prevê Política, Manuais de Procedimentos e Plano de Continuidade de Negócios.

Os eventos de perdas são monitorados, identificados e armazenados em sistema proprietário conforme determinado pela Resolução 3.380, de 2006.

c. Risco de crédito

O processo para definição de limites de crédito para contrapartes financeiras e não financeiras é disciplinado pelo Manual de Crédito e inclui a análise detalhada de diversos aspectos do tomador do crédito e do grupo econômico a que pertence, incluindo a atividade da empresa (modelo de negócio, foco de mercado, posição de mercado, produtos, riscos de tecnologia, operacionais, obtenção e custo de matéria-prima, etc.), da sua capacidade financeira para repagar a obrigação financeira (análise horizontal e vertical dos últimos três semestres, alavancagem financeira, estrutura de custos, consistência de geração de caixa das operações, liquidez), características da indústria em que opera (regulação, região de atuação, estrutura de custos, elasticidade de demanda e preços, mudanças estruturais, barreiras de entrada, etc.), bem como aspectos da governança (acordos de acionistas, experiência dos executivos e conselho de administração, órgãos de suporte ao conselho de administração, controles de riscos, estratégia da empresa, políticas financeira e de riscos, transparência).

O processo poderá, eventualmente, incluir a análise da estrutura de uma dívida específica da contraparte e seus fatores mitigadores de risco, com expectativa de perda relativa em caso de inadimplemento. A adequação do limite de crédito ao tipo de negócio da empresa e suas necessidades de financiamento serão analisadas. Recursos utilizados para elaboração do cadastro dos clientes incluem consulta à SERASA e SISBACEN tanto da empresa como de seus sócios. O processo converge para um rating interno e recomendação da área de Análise de Crédito, positiva (com ou sem restrições) ou negativa, para a proposta de limite encaminhada pela área comercial, recomendação esta que será avaliada pelo Comitê de Crédito para decisão final. Os limites de crédito são reavaliados pelo menos uma vez ao ano ou quando necessário por conta de mudanças no perfil de crédito da empresa ou da indústria na qual opera.

d. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a garantir o equilíbrio entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - evitando descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do conglomerado, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Utilizamos modelos de projeções e de estresse das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva.

e. Gestão de Capital

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- (i) Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- (ii) Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- (iii) Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O objetivo do gerenciamento de capital é antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado através de uma postura prospectiva.

21 Limites operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução CMN nº 2.099/1994 e legislação complementar.

Os limites operacionais são administrados no nível do controlador Brasil Plural S. A. - Banco Múltiplo. A situação do Banco, em relação ao risco da exposição das operações financeiras, está assim representada:

Patrimônio de Referência	30/06/2017	30/06/2016
Índice de Basileia	12,08%	15,68%
Índice de Basileia Ampliado	11,93%	15,64%
Limite de imobilização	34.131	46.493
Valor da situação para o limite de imobilização	17.448	27.922
Índice de imobilização	25,56%	30,03%
Margem	16.683	18.571
Patrimônio de Referência (PR)	68.262	92.986
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA	68.262	92.986
Patrimônio de Referência	30/06/2017	30/06/2016
Total da parcela RBAN	667	138
Total da parcela RWACPAD (Crédito)	236.163	193.410
Total da parcela RWAMPAD (Mercado)	76.964	172.412
Total da parcela RWACAM	102	37.952
Total da parcela RWAJUR [1]	62.627	94.386
Total da parcela RWAJUR [2]	6.746	3.589
Total da parcela RWAJUR [3]	3.300	1.346
Total da parcela RWAACS	4.189	35.139
Total da parcela RWAOPAD	251.807	227.363
RWA total (crédito+mercado+operacional)	564.934	593.185

As resoluções no. 4.192/13 e no. 4.278/13 do CMN dispõem sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência, de nível I e de Capital Principal e a Resolução 4.193/13 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN n.ºs. 3.644/13, 3.652/13, 3.679/13 e 3.696/14 para risco de crédito, das Circulares nos. 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 2013 e das Cartas-Circulares nos 3.498/11 e 3.499/11 para risco de mercado, e das Circulares no. 3.640/13 e 3.675/13 e da Carta-Circular no. 3.625/13 para risco operacional. O Controlador optou pela abordagem do indicador básico para mensuração do risco operacional.